



Poder Legislativo Assembléia Legislativa do Estado do Amazonas



ATA DA 31ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO AMAZONAS. 3ª SESSÃO LEGISLATIVA. 18ª LEGISLATURA. MANAUS, 20 DE ABRIL DE 2017. PRESIDENTE: DEPUTADO DAVID ALMEIDA.

Às nove horas e dez minutos do dia vinte do mês de abril do ano dois mil e dezessete, foram abertos os trabalhos sob a Presidência do parlamentar DAVID ALMEIDA, com as presenças em plenário dos deputados: Adjuto Afonso, Alessandra Campêlo, Belarmino Lins, Bosco Saraiva, Cabo Maciel, Carlos Alberto, Doutor Gomes, Dermilson Chagas, José Ricardo, Luiz Castro, Orlando Cidade, Platiny Soares, Ricardo Nicolau, Sabá Reis, Serafim Corrêa, Sidney Leite, Sinésio Campos, Vicente Lopes e Wanderley Dallas, sendo que os deputados: Abdala Fraxe, Augusto Ferraz, Francisco Souza e Josué Neto, tiveram suas faltas justificadas através dos memorandos nºs: 31, 38, 34 e 51/17, respectivamente. A seguir foi relatado o EXPEDIENTE constante dos seguintes ofícios: Adalberto Tokaki - Diretor Geral da ANTAQ; deputado federal Pauderney Avelino; Joabe Pereira Coutrin - Coordenador Geral de Gestão de Convênios do Ministério do Esporte. Neste momento, o Titular do Poder, deputado David Almeida informou a seus pares que às dez horas, acontecerá votação, por este motivo solicitou aos chefes de gabinetes que informasse os deputados a fim de comparecerem ao plenário. No Pequeno Expediente, o parlamentar Carlos Alberto parabenizou o jornal "A Critica" pelos 68º aniversário de fundação. Em outro tema, reportou-se aos dados divulgados pelo IBGE sobre trabalho infantil e na qualidade de Presidente da Comissão de Jovens e Adolescentes reuniu-se com órgãos envolvidos na causa e encontrassem soluções, e informou que no interior acontecerão reuniões sobre o assunto, através da "caravana de informação continuada". Com a palavra, a deputada Alessandra Campêlo emitiu comentários a respeito de informações da Procuradoria da República solicitando fiscalização nos gastos públicos. A seguir, o parlamentar Adjuto Afonso dando ciência a seus pares a respeito do IV Encontro Emancipalista que acontecerá nesta Casa, amanhã, às dezenove horas, e no sábado às nove horas; daí solicitar a participação de todos, discorreu sobre o motivo da referida reunião, e após será encaminhada uma carta ao Congresso Nacional. Na sequência, o tribuno Serafim Corrêa lembrando os trinta e dois anos do falecimento no próximo dia vinte e um do ex-presidente da República Tancredo Neves, ressaltou a importância do mesmo no cenário político nacional e sua grande contribuição para o estado com a refundação da Universidade Federal do Amazonas, ocorrida quando foi primeiro Ministro do Brasil, em 1962, no ensejo lamentou uma crise de todas as ordens: econômica, ética, política e a dificuldade enorme de lideranças



Poder Legislativo

Assembléia Legislativa do Estado do Amazonas



2

capazes de conduzir o entendimento nacional para que todos pudessem superar este momento, discorreu sobre sua vida na política, e, ainda parabenizou o jornal "A Critica" pelo seu aniversário de fundação. Na Ordem do Dia, foi aprovado o requerimento nº 1819, do deputado Adjuto Afonso, solicitando dispensa de interstício para o Projeto de Lei Complementar nº 05/17, oriundo da Mensagem Governamental nº 45/17, subscrito por vários deputados, sendo deferidos os de nºs: 1820 ao 1823, do deputado doutor Gomes, dois ao Governador, ao Prefeito de Manaus, Sessão Especial no dia 16.05, em Comemoração ao Dia do Assistente Social; 1824 ao 1826, do parlamentar Adjuto Afonso, à UEA, à Câmara Municipal de Humaitá, à Prefeitura de Humaitá; 1827 ao 1831, do deputado Sinésio Campos, todos à ELETROBRÁS; 1832 ao 1838 do tribuno Josué Neto, dois à SEJEL, três à SEINFRA, à SSP; 1839 ao 1845, da parlamentar Alessandra Campêlo, Moções de Parabenizações; à atleta Ketlen Vieira, pela vitória no UFC, à ginasta Emilly Góes de Souza, pela sua convocação para a seleção brasileira, dois à ELETROBRÁS Amazonas Energia, à SEMMAS, à Manaus Luz, à SEMINF; 1846 ao 1849, do deputado Sidney Leite, à ELETROBRÁS, ao IPAAM, à PETROBRÁS, Moção de Aplausos ao senhor Jeferson Caleb de Souza por ter sido selecionado no programa jovens embaixadores; 1850 ao 1852, do tribuno Sabá Reis, dois à SEINFRA, Votos de Aplausos ao jornal "A Critica" pelos 68º anos de fundação; 1853 ao 1855, do parlamentar Luiz Castro, dois ao Executivo Estadual, à Prefeitura de Manaus; 1856, do tribuno Carlos Alberto, Moção de Parabenização ao jornal "A Critica" pelos 68º anos de fundação, este foi anexado ao de nº 1852, do deputado Sabá Reis por se tratar de igual teor; 1857 ao 1901, do tribuno Wanderley Dallas, à Casa Civil, vinte e um à SSP, vinte e um à SEMINF, à SEMULSP, Moção de Parabenização ao jornal "A Critica" pelos 68º anos de fundação, este foi anexado aos requerimentos nºs: 1852, 1856, dos deputados Sabá Reis e Carlos Alberto, por ser de igual teor; 1902 ao 1950, do deputado David Almeida, à Casa Civil, formação de uma Comissão para adequação, atualização e consolidação do texto da Constituição do Estado do Amazonas, sete à SEMULSP, dois à SMTU, oito ao MANAUSTRANS, os demais à SEMINF; indo às Comissões Técnicas da Casa os Projetos de Lei dos deputados: Josué Neto "Concede o Título de Cidadão do Amazonas ao jurista, magistrado e ex-político brasileiro e atual Ministro do Supremo Tribunal Federal, excelentíssimo senhor doutor Alexandre de Moraes"; Wanderley Dallas, "Dispõe sobre a obrigatoriedade de prestação de informações pelos cartórios sobre as transações de compra e venda com veículos terrestres, na forma que especifica, no âmbito do estado do Amazonas"; Luiz Castro "Institui o Dia Estadual do Meio Ambiente do estado do Amazonas"; Resolução Legislativa da parlamentar Alessandra Campêlo, "Institui, no âmbito da Assembleia Legislativa do estado do Amazonas, a Comenda do Mérito Desportivo Roberto



Poder Legislativo

Assembléia Legislativa do Estado do Amazonas



Gesta de Melo"; e de Emenda à Constituição Estadual, do deputado José Ricardo "Acréscena Parágrafo Único ao artigo 249 da Constituição do Estado do Amazonas destinando 0,5% da receita tributária, exclusivamente para assistência, valorização cultural, geração de renda, organização e promoção dos direitos dos povos indígenas". A seguir, foi anunciada a Pauta para receber emendas os seguintes Projetos de: Lei Complementar nº 06/17, oriundo da Defensoria Pública do Amazonas (este em sexto dia); Lei nºs: 59/17, oriundo da Mensagem Governamental nº 46/17; 60/17, oriundo da Mensagem Governamental nº 49/17; 61/17, da deputada Alessandra Campêlo; 239/16, do tribuno Vicente Lopes; 243/16, do parlamentar Platiny Soares; 05/17, do deputado Sinésio Campos (estes em terceiro dia); 62/17, do deputado Vicente Lopes (em segundo dia); Projeto de Decreto Legislativo nº 16/17, da deputada Alessandra Campêlo "Susta os efeitos do Decreto nº 37.531, de 28 de dezembro de 2016, que fixa o calendário de pagamento dos servidores públicos do Poder Executivo Estadual para os exercícios de 2017 e 2018" (este em primeiro dia). Após em Discussão Geral e Votação Única, foram aprovados os Projetos de Decretos Legislativos nºs: 03/17, oriundo da Comissão Especial "Aprova os nomes indicados para compor o Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana na qualidade de membros Titulares e Suplentes. Enviado pelo Poder Executivo através da Mensagem Governamental 16/2017. Recebeu Emenda Modificativa do Deputado José Ricardo, acolhida pelo Relator: Deputado Platiny Soares substituindo nomes constantes do projeto"; 11/17, oriundo da Comissão Especial, "Aprova o nome de Ednilza Guedes Corrêa Pereira para compor o Conselho Estadual de Políticas sobre Drogas - CONEN". Enviado Poder Executivo através da Mensagem Governamental nº42/2017 (Relator: Deputado Ricardo Nicolau); em apreciação o Projeto de Lei Complementar nº 05/17, oriundo da Mensagem Governamental nº 45/17 "Altera, na forma que especifica, a Lei nº 1.154, de 09 de dezembro de 1975, que "Dispõe sobre o Estatuto dos Policiais Militares do Estado do Amazonas e dá outras providências". Com Parecer Favorável Conjunto das Comissões de Constituição, Justiça e Redação; de Finanças Públicas; e de Segurança Pública (Relator: Deputado Adjuto Afonso), para encaminhar a votação, os deputados: José Ricardo mencionou que compreendia o fato de a polícia ser aperfeiçoada, questionou a inexistência de número limitado de policiais militares para servir ao Congresso Nacional na redação da matéria e pediu informações precisas sobre o assunto, abstendo-se de votar; Serafim Corrêa sugeriu alteração no texto do Projeto, indagou quanto a segurança da cidade de Manaus; Sinésio Campos corroborou com as colocações dos colegas que lhe antecederam, pedindo reflexão sobre o tema em debate e informou ser favorável a presença de policiais nas ruas; Belarmino Lins sugeriu que fosse apresentada emenda coletiva ao Projeto, que estabelece o número de policiais dispostos para



Poder Legislativo Assembléia Legislativa do Estado do Amazonas

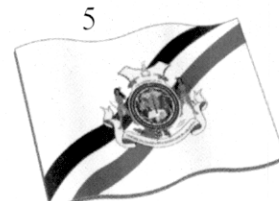


4

atender as autoridades brasileiras; **Cabo Maciel** também questionou a redação do texto que deixava lacuna acerca do assunto; **Dermilson Chagas** lembrando do episódio constrangedor que havia atingido a sociedade amazonense; **Ricardo Nicolau** considerou a proposta positiva por dar possibilidade ao policial de exercer sua atividade em Brasília, porém não considerava exorbitante a proposta, esclarecendo que os demais órgãos do estado não possuíam a citada norma; **Sabá Reis** sendo a favor de ser estabelecido número limite de policiais dispostos, anunciou que o governador José Melo também pensava assim, quando se tratava de cedê-los para outros lugares da Federação. Neste instante, o deputado **Belarmino Lins** assumiu a condução dos trabalhos; **David Almeida** argumentou que as esferas estadual e municipal eram contempladas e o governo federal também deveria ser, na oportunidade, lembrou que ao assumir a Presidência da Assembleia Legislativa devolveu vinte e dois policiais cedidos a este Poder, atendendo comunicado da Polícia Militar que necessitava reforçar o efetivo da referida corporação; **José Ricardo** indagou sobre como iria ficar a questão em debate; **Belarmino Lins** respondeu que em sua opinião, seria votado sob a condição de apresentarem emenda coletiva que havia anunciado anteriormente; **David Almeida** retirou a citada matéria de pauta para os ajustes necessários. Em Discussão Geral e Votação Única, os Projeto de Lei n°s: 251/15, do deputado **Cabo Maciel** "Institui no âmbito dos Municípios que integram a circunscrição territorial do Estado do Amazonas os Conselhos Municipais de Políticas de Combate ao Tráfico de Drogas e dá outras providências". A proposição recebeu Substitutivo do autor. Com Pareceres Favoráveis das Comissões de Constituição, Justiça e Redação (Relator: Deputado **Belarmino Lins**); de Finanças Públicas (Relator: Deputado **Sabá Reis**); de Políticas sobre Drogas (Relator: Deputado **Serafim Corrêa**), nos termos do Substitutivo apresentado. Retirado de Pauta na Reunião de 12/04/2017 por ausência do autor, para discutir a matéria o deputado **José Ricardo**, indagou quanto a real função do Conselho e a participação da sociedade no contexto não obtendo resposta, absteve-se de votar. A seguir foi a matéria aprovada com a abstenção do parlamentar **José Ricardo**; 221/16, da parlamentar **Alessandra Campêlo** "Declara como Patrimônio Cultural de Natureza Imaterial do Estado do Amazonas a Toada de Boi Bumbá. Com Pareceres Favoráveis das Comissões de Constituição, Justiça e Redação (Relator: Deputado **Orlando Cidade**); e Cultura (Relator: Deputado **doutor Gomes**), neste instante, a autora justificando sua iniciativa, ressaltou a demanda do povo parintinense deveria ser reconhecida pelo Amazonas; **Sinésio Campos** acrescentando que a demanda pertencia também ao estado do Amazonas e era fonte cultural de emprego e renda; após foi a matéria aprovada; bem como os de n°s: 229/17, do tribuno **Carlos Alberto** "Institui, no Calendário Oficial, o Dia Estadual da Juventude Cristã. Com Parecer Favorável da Comissão de Constituição, Justiça



Poder Legislativo Assembléia Legislativa do Estado do Amazonas



e Redação (Relator: Deputado Luiz Castro); e 21/17, do deputado Sabá Reis "Dispõe sobre a denominação do Centro de Convivência da Família, localizado no município de Manicoré e dá outras providências. Com Parecer Favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Redação (Relator: Deputado Orlando Cidade), tendo os parlamentares: José Ricardo indagado sobre a denominação de proposta, que não constava na ementa do projeto, em resposta o Titular da Casa informou que era professora Raimunda do Rosário na cidade de Manicoré; Sabá Reis argumentado que o governo iria homenagear uma professora dedicada ao magistério e ao catolicismo naquele local; Sinésio Campos perguntando se era homenagem póstuma; Belarmino Lins louvou a iniciativa do autor reconhecendo os relevantes serviços prestados pela educadora. O Veto Parcial nº 11/17, aposto ao artigo 3º resultante de emenda apresentada pelo deputado Serafim Corrêa, ao Projeto de Lei 27/17, oriundo da Mensagem Governamental nº 12/17 "Concede dispensa de créditos tributários do ICMS, do IPVA e do ITCMD, na forma e nas condições que especifica". Com Parecer Favorável ao Veto da Comissão Especial (Relator: Deputado Josué Neto); e Projeto de Lei Complementar nº 05/17, oriundo da Mensagem Governamental nº 45/17, foram retirados de pauta, a pedido dos parlamentares Sabá Reis e do Titular da Casa. Em apreciação a pauta de nº II, foram aprovadas as Redações Finais dos Projetos de Lei nºs: 251/15, do deputado Cabo Maciel; 221/16, da parlamentar Alessandra Campêlo; 229/16, do deputado Carlos Alberto; 21/17, do tribuno Sinésio Campos. Após foram Promulgados os Projetos de Decreto Legislativo nºs: 03/17, oriundo da Comissão Especial "Aprova os nomes indicados para compor o Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana"; 11/17, oriundo da Comissão Especial "Aprova os nomes indicados para compor o Conselho Estadual de Políticas sobre Drogas/CONEN", respectivamente sob os nºs: 806 e 807/17, ambos oriundos da Comissão Especial. Em Comunicação de Liderança, o deputado Orlando Cidade convidou todos os membros da Comissão de Constituição e Justiça para participarem de uma reunião logo a seguir. Nada mais ocorrendo foi a presente encerrada e convocada a reunião Ordinária de terça-feira, dia vinte e cinco do corrente, à hora regimental. Eu, *Elécio Bruna*, lavrei esta ATA.////////

Elécio Bruna
Presidente
[Assinatura]
Secretário

